

## FORMAS DE TRATAMENTO E JULGAMENTOS DE VALOR

Artarxexes Modesto<sup>1</sup>

**RESUMO:** Nesta pesquisa, tratamos da coocorrência da tríade *tu-você-senhor* em São Vicente, cidade da Baixada Santista localizada no litoral do Estado de São Paulo; partindo do seguinte questionamento: quais são os julgamentos de valor que a comunidade de São Vicente faz das formas de tratamento que emprega ?

**PALAVRAS-CHAVE:** formas de tratamento; tu; você; senhor

**ABSTRACT:** *In this paper, we analyze the co occurrence of tu-você-senhor in the city of São Vicente, São Paulo, starting from the question: what are the judgments of value that the community has of the pronouns of address that they use?*

**KEYWORDS:** *pronouns of address; tu; você; senhor*

## INTRODUÇÃO

Muito se tem falado ultimamente sobre as formas de tratamento do Português Brasileiro. Já é lugar comum a afirmação de que o uso dessas formas no Brasil diferencia-se daquelas usadas em Portugal. Essa diferença se dá por diversos fatores (já discutidos e comentados por diversos pesquisadores) e deles pode-se ressaltar os geográficos – a distância entre um país e outro – e os sócio-culturais – estrutura social e diferenças culturais.

---

<sup>1</sup> Mestre e Doutorando em Língua Portuguesa pela USP. Este trabalho corresponde ao trabalho de conclusão de curso da Disciplina de Sociolinguística I, sob a Orientação da Professora Marli Quadros Leite (FFLCH/USP).

No Brasil, através das pesquisas feitas empiricamente através de gravações, com níveis diversos de tensão e formalidade, pudemos comprovar que há a seguinte co-ocorrência de formas de tratamento, de uma maneira genérica:

- a) *você* x *tu*
- b) *senhor* x *você*

Assim, afirma-se que o pronome usado para referência ao ouvinte tem servido como um dos elementos caracterizadores da variante brasileira do Português. As gramáticas tradicionais insistem em incluir apenas *tu* para a 2ª pessoa do singular, no quadro de pronomes. Porém muitos gramáticos já observam que esse pronome tem uma aplicação limitada e que no Brasil vem sendo substituído pelo termo *você*.

Estudos mais recentes, como o de Monteiro (1991) e o de Ilari et alii (1996), ambos baseados em inquéritos do projeto NURC, consideram *você* a verdadeira forma de segunda pessoa no português do Brasil. Para estes, o pronome *tu* só sobrevive no sul do país.

Aqui neste trabalho, porém, *você* é tratado como pronome que se alterna com *tu*; não somente na região sul, mas também no norte do Brasil e até em algumas regiões do estado de São Paulo, como é o caso das cidades da Baixada Santista.

Nesta pesquisa, tratamos sobre a co-ocorrência da tríade *tu-você-senhor* em São Vicente, cidade da Baixada Santista localizada no litoral do Estado de São Paulo, onde se encontra o fenômeno em análise.

Procuramos partir do seguinte questionamento: seria possível a afirmação de que haveria uma “norma das formas de tratamento” na região?

Mesmo conscientes das restrições que nosso corpus nos ofereceu, limitando-nos sobremaneira, acreditamos ser possível traçar uma linha inicial sobre o assunto, abrindo caminhos para pesquisas futuras que disponham de um corpus mais abrangente. Para tentar responder a tal questionamento, buscamos suporte na gramática sistêmico-funcional de Halliday (1970), em que busca estabelecer relações entre todas as escolhas semanticamente relevantes feitas na língua como um todo, procurando chegar assim à resposta do porquê determinado falante escolhe determinados itens dentre tantos disponíveis naquela língua para fazer o seu enunciado; e nos conceitos de Rey(?) sobre norma (norma objetiva, norma subjetiva e norma prescritiva).

Concordamos aqui com Halliday (1974:98) onde diz que, para a lingüística funcional<sup>2</sup>, é inquestionável o valor da relação entre a língua e os homens que a usam. Segundo ele,

“Na linguística institucional, examinamos os (...) fatos da língua (...) de diferente ponto de vista. A atenção concentra-se agora sobre os usuários da língua e sobre os usos que estes fazem dela.”

Valoriza-se então a atitude dos falantes com relação à sua língua e ao modo pelo qual a usam. Halliday distingue dois tipos de variedades: de acordo com o usuário (dialeto) e de acordo com o uso (registro). Tomando essa definição por base, podemos dizer que há no Brasil muitos dialetos – grupos diferentes de pessoas no interior de uma comunidade lingüística falam diferentes dialetos. Porém, mesmo dentro de comunidades lingüísticas que usam o mesmo dialeto, notamos “usos” diferentes da língua, o que caracteriza então o registro.

No dialeto que aqui colocamos em evidência – o dialeto da cidade de São Vicente-SP – , há o uso co-ocorrentes das três formas de tratamento acima colocadas. Mas cabe aqui procurar indícios

---

<sup>2</sup> Halliday adota o termo “lingüística institucional”; porém, aqui adotamos o termo “lingüística funcional”.

que demonstrem em que situações – ou registros – os falantes optam por uma ou outra forma, e baseados em que elemento, de acordo com a afirmação de Halliday (1974:111):

“Não é o fato ou a situação a respeito da qual se fala que determina a escolha, mas a convenção segundo a qual um certo tipo de língua é adequado a um certo uso.”

Halliday (1974:114-117) ainda afirma que os registros distinguem-se de acordo com o campo do discurso (o assunto), o modo do discurso (o papel desempenhado pela atividade lingüística numa situação), e o estilo do discurso (as relações entre os participantes do discurso). Baseando-nos nessas definições, tentamos verificar em quais modalidades de registros havia a preferência por um uso ou outro.

Não podendo abarcar o todo o universo de falantes da comunidade, no presente estudo restringimo-nos a discutir sobre a escolha pronominal feita por estudantes da cidade de São Vicente para tratar seus interlocutores, bem como sobre os julgamentos que estes fazem do referido uso, através de questionários. Damos ênfase especial às formas *Tu/Você*, abordando os fatores que condicionam a variação dessa alternância. Tratamos, também, do uso da forma *o senhor / a senhora*, posto que o uso destas formas tem sofrido profundas mudanças devido às transformações pelas quais tem passado nossa sociedade.

O fato de não utilizarmos neste trabalho gravações com os informantes, levou-nos também a tratar o termo “norma” com certa cautela, discutindo possibilidades e traçando algumas perspectivas sobre o fenômeno em análise.

## 1. O CONCEITO DE NORMA

Em um artigo de 1972, Alain Rey traça uma reflexão sobre vários aspectos do conceito de norma, levando em consideração a questão do uso, dos julgamentos sociais e pessoais acerca da norma, e sobre as prescrições existentes nas abordagens lingüísticas. Traz à tona o problema do conceito de norma e as ambigüidades decorrentes dele. Segundo ele, há por trás do termo norma dois conceitos: um correspondente a um feixe de intenções objetivas e estatísticas (norma objetiva) e outro a um feixe de intenções subjetivas (norma subjetiva) – além do conceito de norma prescritiva.

A norma, segundo Rey, tem uma correspondência com média, freqüência, tendência (normal, *gnonom*, ângulo reto, *regula*) e outra com conformidade a uma regra, de juízo de valor, de finalidade designada (lei, *lex*, elemento imperativo). Norma, então, metaforizada inicialmente como retidão geométrica, uma *orthos*, supõe finalidade e valor; tudo o que deve ser realizado. Assim, Rey descreve como se processou a confusão epistemológica que levou o sentido de quebra da norma (anomalia/anormal) para transgressão da lei, ao invés de desvio da média. Criou-se então uma oposição descritivo (anormal) x normativo (anômalo). Afirma que “toda norma social tem de ser inteiramente construída”, e conclui que “toda definição prescritiva da norma social é fundada na preexistência daquilo que ela tenta realizar, coloca um modelo, um arquétipo, uma idéia platônica, que é depreendida da vontade de um legislador, para se fundar numa norma constituída ficticiamente, para instituir um modelo do bom uso e ter o direito de curar os desvios e as diferenças.”

É ai então que toma lugar uma ideologia da norma. A construção ideológica da norma está intrincada no conceito manipulado de uso. Rey afirma que a norma se estabelece através de um discurso onde o a analogia provém de uso geral e estabelecido que se quer aplicar. Diz o lingüista que “o discurso avaliativo prescritivo da classe dominante se abriga por trás da constatação de uma lei abstrata. A regra da *ratio* que os gramáticos se empenhavam em descobrir por trás dos usos, é assimilada a uma pseudocorreção da norma social – uso geral – e recobre de fato uma intenção unificadora e constringedora”.

Assim esse sistema ideológico é ligado a uma atitude hipócrita do poder por trás da “vontade de todos”, mas que é política. Por fim, Rey critica duramente os puristas, que procuram encarnar a vontade de um instância social (índole do idioma) na qual encontra o *bon usage* e se consideram como bons falantes.

### ***1.1 Norma Objetiva***

A norma objetiva é o estudo da articulação das estruturas abstratas da língua e dos produtos infinitamente variados que elas autorizam. Citando Hjelmslev e suas reflexões sobre Saussure, Rey afirma que na língua encarada como norma, é uma forma (entidade opositiva e relativa) e uma matéria (qualidades positivas), fator que prevê em cada realização global do esquema, escrita e fala, mas também variações dessas realizações, ou seja, uma língua diferente. Assim, a introdução da instância social e material da norma, bem como em sua definição dupla (forma/estrutura e matéria), e o status de abstração pressuposta pelo uso, pressupõe-se uma reorganização profunda da dicotomia saussuriana. Rey cita Chomsky ao discutir a dicotomia competência x desempenho. Segundo ele, a oposição entre a língua (*langue*) e a competência

(modelo de criatividade do sujeito falante) recupera a oposição entre semântica lexical e lingüística gramatical. Essa oposição só diz respeito ao conceito de norma objetiva. Pelo que se percebe, Rey tenta defender o conceito saussuriano das garfadas dos gerativistas, fato que fica explícito quando afirma que Saussure, ao considerar as frases como combinações livres realizadas pela fala, não estava falando sobre sentenças abstratas das quais o modelo gerativo tenta dar conta, mas sim de realizações que adviriam do desempenho.

Rey afirma que é preciso se voltar da norma objetiva para a pluralidade das subnormas, domínio da estilística (de Bally) e da sociolingüística (onde cita Labov como exemplo). Diz que qualquer que seja a teoria lingüística adotada, o conceito de língua assimilada a um sistema supõe a coerência interna e a diferenciação frente a todos os demais sistemas.

Devido à natureza dos dados utilizados neste trabalho, não trabalharemos com a norma objetiva, pois tal procedimento implicaria a análise em um corpus com gravações em que houvesse o fenômeno das formas de tratamento. Procuraremos, pois, abordar a norma a partir de “um feixe de intenções” do falante, ou seja, a norma subjetiva.

## ***1.2 Norma Subjetiva***

A Norma Subjetiva implica necessariamente a relação *juízo do falante x uso x norma*. Rey afirma que “somente uma lingüística da norma objetiva, de suas variações e de seus tipos, subjacentes às variações dos usos, e um estudo sistemático das atitudes metalingüísticas numa comunidade que uso o mesmo sistema lingüístico poderão fundar o estudo das normas subjetivas, dos juízos de valor sobre a linguagem...”

Acrescentamos ainda que esses julgamentos também se manifestam conforme afirma ABREU(1988:22), que concorda em levar em consideração nos estudos sobre as formas de tratamento “os usos que o falante **julga** fazer das formas de tratamento, ...[através] daquelas investigações em que o pesquisador questiona de maneira franca e sistemática os informantes a respeito dos usos que fazem das formas de tratamento.” (negrito da autora)

Há então uma pressão social unificadora, que se manifesta pela ideologia da estruturação das classes, pela tendência à hierarquização, de uma ideologia dominante, desencadeando assim uma tendência à unificação de uma norma subjetiva.

Essa norma subjetiva se caracteriza como um feixe de juízos de valores que o falante pode ter em relação aos usos estabelecidos socialmente em sua comunidade lingüística, que o leva a escolher por uma forma ou outra no momento da fala.

### ***1.3 Norma Prescritiva***

Rey considera a norma prescritiva como um pseudo-sistema, pois seleciona tipos de usos de maneira subjetiva, através de analogia e eliminação. Ao refletir sobre o discurso da norma, a classifica como um discurso para “informar os falantes de seus julgamentos [de valor], suas decisões, para formulá-los, justificá-los, comentá-los”. Segundo ele, os objetivos do discurso normativo são o dizer certo, definir a norma e identificá-la com o uso correto da língua, confundir uso correto e norma com a própria língua. As justificativas para o discurso normativo são variadas: redução da anomalia, fazer prevalecer o melhor uso, escolha do melhor uso para ensinar (pedagogia), lógica ou histórica.

Por fim, ao relacionar norma e purismo, Rey afirma que “ a atitude normativa ativa, e em particular o purismo, apaga as condições e as implicações sociais de seus julgamentos, para remeter sua causa a um conceito abstrato da ‘língua’ e da ‘palavra’. Finge-se acreditar que todo mundo pode escolher entre todos os usos, para que ninguém tenha razão por não escolher o ‘melhor’” . O purismo se caracteriza então por uma atitude normativa permanente que repousa num modelo unitário e fortemente seletivo da língua e por não tolerar nenhum desvio em relação a esse modelo predefinido, quaisquer que seja as condições objetivas da vida lingüística da comunidade. Assim sendo, a norma purista mistura critérios estéticos, lógicos, históricos e analógicos; e para o purista qualquer transgressão da norma é considerada uma ameaça ao sistema da língua, confundido com o uso.

## 2. OS USUÁRIOS E OS USOS DA LÍNGUA

Rosemblat (1967) afirma que, para a sociedade, a língua é um instrumento de comunicação, fato que determina a clareza como fator elementar. Ele também afirma que nos tempos atuais, são muito poderosas as forças selecionadoras, normativas e unificadoras da classe culta. Uma língua não é uma soma de variedades dialetais, mas sim uma integração delas. Essa integração resulta de um jogo constante entre as forças transformadoras que operam sobre todos os setores e a força de contenção, afinamento, seleção e unificação que exerce a classe culta. O lingüista acredita que essa força que a classe culta exerce se dá através da escola, do rádio, da televisão e da imprensa.

Rosemblat afirma que o conceito de uma comunidade fechada, homogênea, é falso, posto que sempre há fortes interações com comunidades vizinhas. Afirma que as grandes forças que governam a língua – a força centrífuga de inovação e a forma centrípeta de conservação – têm o seu amplo julgamento até nas comunidades mais reduzidas. É injusto, portanto, aplicar à fala de uma comunidade um juízo de correção que seja exterior a ela.

Assim, acreditamos que a investigação feita no seio da comunidade onde ocorre o fenômeno de que aqui tratamos é essencial para entendermos como este se manifesta e de que maneira é visto dentro da própria comunidade de uso.

### ***2.1 A abordagem Sistêmico Funcional***

#### **...e sua aplicabilidade neste trabalho.**

Para Halliday, a língua é um sistema para produzir significados. A perspectiva funcionalista de Halliday leva em consideração, nos estudos sobre a linguagem, um conjunto de situações

comunicativas onde ocorre um processo lingüístico. Esse conjunto de situações comunicativas corresponde aos interlocutores, às condições de produção e à dinâmica do ato comunicativo enfim.

Nossa identidade no ato comunicacional se constrói pelas relações que estabelecemos com os outros e com o meio em que vivemos, através do desempenho de papéis em eventos sociais:

Ao desempenharmos os papéis num evento de fala, nós nos colocamos como sujeitos desse evento, dividindo-nos em tipos diversos de pessoas sociais e categorias sociais.

Halliday (1976) formulou um esquema, em que, de acordo com sua concepção, as funções básicas da comunicação se dividem da seguinte forma:

- a) ideacional – em que linguagem tem como finalidade a manifestação de conteúdos que estejam ligados à experiência que o falante possui do mundo concreto, real ou de seu universo subjetivo, interior;
- b) interpessoal – em que a linguagem é mantenedora das relações sociais, com a finalidade de expressar papéis sociais onde haja contato entre dois ou mais indivíduos;
- c) textual – em que a linguagem estabelece vínculos com ela mesma e está ligada às características da situação em que é usada. Nesta função, o indivíduo – falante ou escritor – é capaz de criar textos e o ouvinte ou leitor consegue distinguir um texto de um conjunto aleatório de frases. A função textual é, pois, um instrumento das outras duas, já que sempre o ato comunicativo necessita da elaboração de discursos.

Essas três funções se combinam e se atualizam simultaneamente nas cláusulas, estruturando assim o contexto conversacional, equilibrando o ato de fala em representação (ideacional), troca

(interpessoal) e mensagem (textual). Aplicamos essa teoria neste trabalho na elaboração das “situações de interação” entre os falantes<sup>3</sup> dos diálogos presentes no questionário que os informantes responderam.

## ***2.2 As escolhas lingüísticas e os juízos de valor***

Segundo Rey, com relação aos juízos de valor das atitudes normativas, o termo norma se impõe num sentido autoritário, prescritivo e avaliativo. Também o esquema da língua não é modificável por uma atividade consciente, e o falante em seu meio social não concebe a língua sequer como um código de comunicação, e sim como uma norma imperativa, um uso estabelecido pela sociedade que convém seguir. A atitude metalingüística ingênua é essencialmente fundada em juízos de valor e na aceitação mais ou menos total de uma coerção coletiva.

Sendo assim, as escolhas lingüísticas a priori deveriam ser feitas em função dessa “norma imperativa”, onde o falante se comportaria de acordo com as regras que considera “imutável”. Porém, o que acontece na realidade, é que o falante, ao usar a língua, nunca usará todas as prescrições que a “norma” exige – por mais que ele se esforce para tal – tanto em termos fonéticos como lexicais e sintáticos.

Isso fica claro quando notamos, por exemplo, que o falante, ao fazer uso natural e espontâneo de uma determinada marca lingüística estigmatizada, recusa-a terminantemente quando inquirido sobre ela, afirmando que ela é errada do ponto de vista normativo.

---

<sup>3</sup> Tentamos reproduzir nesses diálogos as formas usuais de tratamento e comunicação utilizadas pelos falantes da comunidade analisada. Sabemos, porém, que tal representação de papéis pode criar a idéia de um “falante ideal”, o que não corresponde à realidade dos objetivos deste trabalho.

Tal comportamento reflete o “peso” que a norma exerce sobre a sociedade, transformando um uso geral e natural em um “erro” ou “forma a ser evitada”.

### **3. ANÁLISE DO CORPUS: EM BUSCA DA NORMA**

Antes de passarmos às análises dos questionários, convém explicitarmos quais foram os processos metodológicos que nos guiaram para a coleta dos dados e para a implicação das afirmações e conclusões a que chegamos.

#### ***3.1 Considerações Metodológicas***

O grande obstáculo enfrentado pelos pesquisadores que se aventuram pelas formas de tratamento é justamente a coleta de material. Segundo Halliday (1974:114), “...grande parte da atividade lingüística que se deve estudar realiza-se em situações onde é praticamente impossível fazer gravações.”

Neste sentido concordamos com Abreu (1988:19) que em artigo da *Revista Ilha do Desterro* escreve:

“O estudo sociolingüístico do tratamento é dificultado pela própria natureza do fenômeno em exame. Diferente de um fonema ou de uma estrutura sintática, que podem ocorrer inúmeras vezes ao longo do depoimento de um mesmo informante, o tratamento é de baixa frequência, visto que se restringe, usualmente, às eventuais referências ao interlocutor.”

Assim, mesmo que se tente colher gravações espontâneas em locais públicos, não se terá controle sobre as variáveis como escolaridade, idade, entre outros. Uma das soluções encontradas, portanto, é a limitação do pesquisador ao exame das atitudes dos falantes para com o tratamento, focalizando os usos que o falante “julga” fazer em determinadas situações.

Abreu propõe um modelo que leva em consideração o estudo da atitude do falante, através de investigações em que “o pesquisador questiona de maneira franca e sistemática os informantes a respeito dos usos que fazem sobre as formas de tratamento” (1988:20).

Assim, optou-se neste trabalho pela elaboração de um questionário, observando-se os seguintes critérios:

- grau de intimidade
- grau de formalidade
- parentesco
- Idade

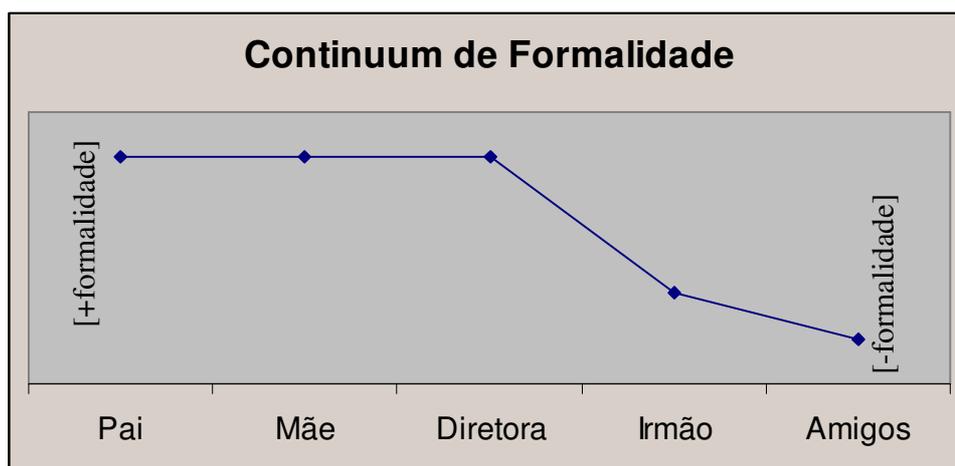
O questionário baseia-se em 6 questionamentos diretos sobre os usos em análise e 4 situações envolvendo diálogos entre: mãe e filho, amigos e patrão x empregado.

Cinco questionamentos dizem respeito à forma como os informantes se dirigem:

- Ao pai
- À Mãe
- À Diretora do Colégio
- Aos irmãos

- Aos colegas/amigos

Vemos então que tais integrantes sociais exigem hipoteticamente [+formalidade] e [-formalidade], criando um continuum que pode ser representado da seguinte forma:



Uma das questões diz respeito à forma como o informante prefere ser tratado. Por fim, há três situações onde os supostos falantes desempenham “papéis sociais” dentro de funções comunicativas diferentes.

Na primeira situação, o suposto falante “Joãozinho” se dirige à sua mãe de maneira informal, utilizando a forma de tratamento “*tu*” sem a devida concordância verbal com a segunda pessoa:

#### *Joãozinho e o boletim*

Joãozinho puxa conversa com sua mãe, que concentrada, lava a louça:

- Mãe, *tu* já sabe?
- O quê, meu filho...
- Do meu boletim... Tirei dois 10....
- Que bom, Joãozinho, sinal de que *você* está melhorando!
- Mas *tu* não sabe do resto...
- Pode falar, Joãozinho. – diz a mãe, despreocupada.
- Tirei só seis zeros...
- O QUÊ!!!! *Você* tirou seis zeros!!!

*Você* acha que o Joãozinho:

- a) Dirigiu-se corretamente à sua mãe

- b) Não se dirigiu corretamente à sua mãe.

Na segunda situação, há uma conversa entre amigos, e novamente aparece o “*tu*” num contexto informal:

***Conversa entre Amigos***

Ronivaldo encontra Márcio na rua:

- Márcio, *tu* precisava ver a Marisa ontem!
- Conta aí, cara!
- Meu, ela tava muito gata!
- E *tu* disse isso pra ela?
- É claro! *Tu* acha que eu ia perder essa oportunidade?

Na sua opinião, há alguma coisa estranha ou errada nessa conversa?

- a) Sim. O quê? (escreva atrás da folha)
- b) não

A terceira situação envolve um patrão e um empregado, Jonas. Aqui percebe-se claramente o grau de [+formalidade]:

***O Patrão***

Jonas chega atrasado mais uma vez. O patrão, ao vê-lo, corre para ele:

- Jonas! Atrasado de novo!!! Onde é que *você* andou?
- Calma, Seu Alfredo, posso explicar tudo para o *senhor*.
- Nem mais uma palavra! Já para o serviço!

*Você* acha que essa conversa, numa empresa:

- a) é possível
- b) é impossível. Por quê? \_\_\_\_\_

Para conseguirmos o intento deste trabalho, foram selecionados 40 estudantes que fazem parte da 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries da EMEF Vera Lúcia Machado Massis, e 10 professores da mesma escola, para que respondessem ao questionário conforme anexo I. Os estudantes foram assim divididos:

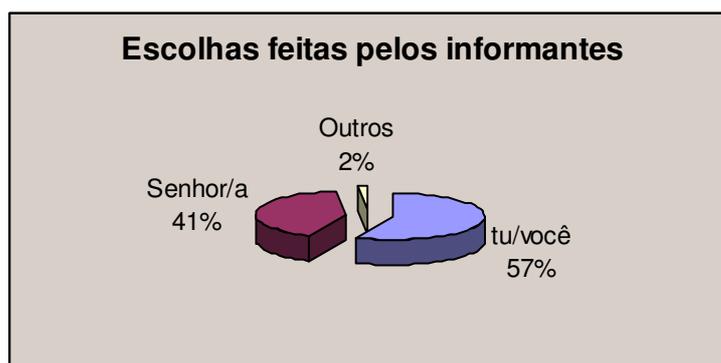
Série	Número de estudantes/professores
5 <sup>a</sup>	10
6 <sup>a</sup>	10
7 <sup>a</sup>	10
8 <sup>a</sup>	10
Professores	10
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>

### 3.2 Resultados

Para proceder à análise dos dados, faz-se necessário antes dividirmo-la em dois níveis:

- o nível da formalidade e situações de interação (parentesco, grau de intimidade entre os falantes), ou seja, fatores de ordem estritamente social – ligados à estrutura/hierarquia social.
- o nível das escolhas propriamente ditas, onde o falante julga “ser melhor” ou “mais correto” o uso de uma forma ou outra.

De uma forma geral, podemos dizer que há realmente a coexistência das formas *tu* e *você* no falar da comunidade em análise, visto que houve uma ocorrência razoável de opções pelo uso destas formas (57%), conforme mostra o gráfico abaixo:



Quanto ao nível de formalidade, observamos que a hierarquia social ainda influencia o falante a optar por uma forma de tratamento. Na primeira situação apresentada – relação filho x mãe - 33% dos informantes afirmou que Joãozinho dirigiu-se corretamente à sua mãe, porém, a maioria, ou seja, 67% considerou como errado o modo como Joãozinho dirigiu-se à sua mãe (fazendo uso da forma *tu* com o verbo na terceira pessoa, ambiente lingüístico típico na região).

Na segunda situação, “Conversa entre Amigos”, 63% dos informantes concordaram que não há nada de estranho na conversa entre os dois amigos, contra apenas 37% que discordaram. Interessante notar que a maioria das afirmações apresentadas para justificar o “erro” ou “a falha” da conversa recaí sobre o uso do *tu* e a falta de conjugação verbal “correta”.

Na terceira situação, “O Patrão”, 93% dos informantes optaram por considerar possível a conversa entre os interlocutores figurados no texto. Apenas 7%, portanto, disseram ser impossível esta situação, e as justificativas não são voltadas para o uso da forma “o *senhor*”, mas sim à situação em si<sup>4</sup>.

Assim, vemos na relação Mãe x filho ainda uma resistência – ao menos consciente – ao uso de *tu* como forma de tratamento, ao passo que entre amigos esta é vista pelo menos como “normal”. Podemos inferir, portanto, que em relação de [+ formalidade] e [-intimidade] vemos a aceitação

---

<sup>4</sup> A exemplo, um dos informantes considerou impossível a situação porque “é o diálogo é indispensável”. O informante levou em consideração, portanto, a forma como o Patrão tratou seu funcionário, e não à forma lingüística de tratamento.

de *você* e *senhor* sem resistência. Os dados sugerem que o uso de *tu* esteja ligado a uma situação [+informal] e de maior [+ intimidade] entre os interlocutores.

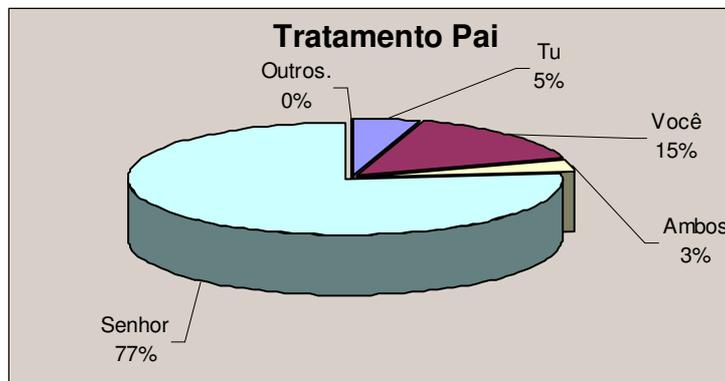
No gráfico abaixo, mostramos o índice geral de escolhas das formas em análise:



Nas relações Pai x Filho, Mãe x Filho e Diretor x aluno, privilegiou-se a escolha de “*senhor/a*” como forma predominante – chegando aos 81% de preferência no cômputo geral.

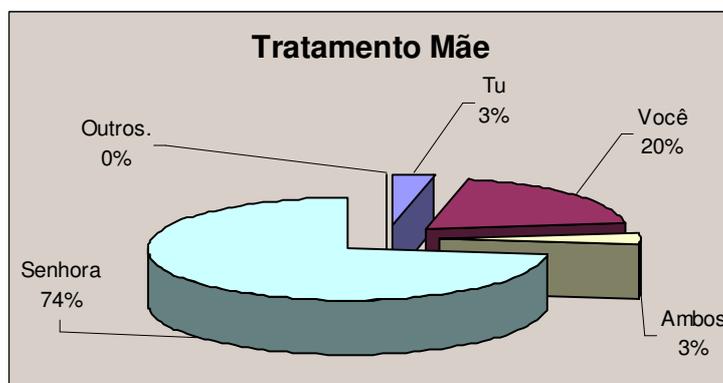
Com relação às outras formas, ao observar os resultados estatísticos obtidos através da quantificação dos dados, percebemos que há na comunidade em análise uma coocorrência entre *tu* x *você* em certos graus – *aqui* – marcados de formalidade. Em princípio, é possível afirmar que o uso da forma *tu* está ligada profundamente a um grau de maior intimidade entre os falantes e também à faixa etária.

No tratamento para com o pai, obtivemos o seguinte gráfico:



Mesmo com a alta taxa de ocorrência da forma *senhor*, é importante que, *conscientemente*, 5% dos falantes tratam o pai declaradamente por *tu*, 15% por *Você* e 3% por ambos (*tu* e *você*), o que caracteriza que há um movimento de expansão do uso de formas [+igualitárias] para com o tratamento paterno.

Com relação à mãe, obtivemos os seguintes valores:



A situação da figura materna é semelhante à paterna, ou seja, ainda há a preservação da forma de respeito “a *senhora*”, o que mostra ainda a manutenção da hierarquia social familiar.

A forma de tratamento *tu* começa a tomar maior consistência a partir do tratamento entre irmãos, onde 53% afirmam tratar seus irmãos por *você*, ao passo que 19% dizem tratá-los por *tu*. Além

disso, 22% dizem usar as duas formas. No tratamento para com os colegas, a situação torna-se ainda mais complexa: 23% afirmam dirigir-se aos colegas por *tu*, 22% usam as duas formas (*tu/você*) e 55% dizem usar apenas o *você*.

### ***3.3 Uma Norma Subjetiva para as Formas de Tratamento***

Notamos que é difícil indicar uma tendência de uso geral, baseados nesses dados, sobre a uma forma ou outra. É possível, porém, discutirmos sobre os “feixes de intenções” dos informantes, visto que, de uma forma subjetiva e valorativa, indicaram-no caminhos que indicam em que situações ou níveis de formalidade há a possibilidade de uso de uma forma ou de outra.

Num primeiro momento, excluiríamos as formas que apresentaram porcentagem nula (zero) nas respostas. Assim, podemos dizer que é praticamente impossível – excluindo-se casos de sarcasmo – o uso de *senhor/senhora* entre irmãos e colegas. Da mesma forma exclui-se o uso de *tu* e *você* para com a Diretora – representando aqui os setores mais formais da sociedade.

Vejamos um aspecto interessante da norma subjetiva da comunidade: 21% dos informantes afirmaram que usam a forma *tu* para tratar seus colegas e irmãos e 22% afirmaram usar as formas *você* e *tu* – ou seja, 43% deles afirmam usar de uma forma ou de outra o *tu*; porém, 65% não consideraram corretas as situações onde se deveriam utilizar tais formas – situação do Joãozinho e sua Mãe e a conversa entre amigos, ambos [-formalidade], [+intimidade].

Tendo em vista as escolhas dos informantes, é possível afirmar que existe a estigmatização da forma *tu*, apesar de ser esta utilizada por grande parte dos informantes.

Assim, conscientemente, o informante tende a optar pela escolha de *você* como a forma mais apropriada mesmo para um contexto de [+ intimidade]. Notamos, porém, na fala diária das pessoas da comunidade, o uso corrente de *tu* nas mais variadas situações de interação e formalidade, o que evidencia que a norma subjetiva das formas de tratamento não corresponde à sua norma objetiva. Notamos que há nitidamente uma diferença entre o que o informante “*pensa*” que fala e o que ele realmente fala<sup>5</sup>. Muitos informantes não têm noção de que usam o *tu* em seu discurso e alguns se mostraram conscientes quanto ao uso das duas formas.

Ao estudar o mesmo fenômeno em Santa Catarina, BOTELHO RAMOS (?) afirma:

Visitando algumas escolas, recorremos à opinião dos alunos a respeito dessas formas. Eles foram unânimes em afirmar que o *tu* é uma forma grosseira para ser usada na escrita. Acreditam ser mais adequada ao uso com familiares e íntimos. Atestaram que o *você* é mais bonito e, por, isso, deve ser usado com quem não tenham afinidade.

Sendo assim, podemos dizer que o mesmo ocorre na comunidade em análise não só entre os alunos, mas também entre os docentes. A título de exemplificação, adotamos aqui o quadro proposto pela pesquisadora ao analisar os pronomes de tratamento no Sul do Brasil, com algumas adaptações para a região em análise:

<b>TU</b>	<b>VOCÊ</b>
Íntimo	distante
Familiar	com estranhos
em ambiente familiar	influência de fora
+ “malandro”	+ bonito

<sup>5</sup> Tal afirmação pode ser feita porque o pesquisador está inserido na comunidade de fala em análise.

rude	educado
informal	formal
coloquial / incorreto	correto
desrespeitoso	respeitoso

Segundo a pesquisadora, “percebe-se haver uma diferença semântica significativa entre os dois pronomes, que se tornam mesmo em formas opostas entre si. O tu implica em solidariedade ou intimidade e você denota tratamento mais formal, implicando numa maneira mais educada de tratar aquele com o qual não se tenha intimidade.”

Cabe agora continuarmos os estudos, coletas de dados e análises na região para tentarmos melhor delimitar as linhas tênues entre um uso e outro.

## CONCLUSÃO

As reflexões colocadas neste trabalho mostram que, ao contrário do que pode parecer à primeira vista, o problema colocado sobre a variação das formas no Português Brasileiro é complexo e requer muito tempo e trabalho para que se possa chegar a respostas eficazes.

Diante do percurso realizado, podemos afirmar que há na comunidade a coocorrência das formas *tu x você* e *senhor*, sendo que para cada uma delas existe um contexto, uma situação que propicia e instiga seu uso.

O *tu* e o *você* podem ocorrer num mesmo contexto, porém, a forma *tu* sofre estigmatização por parte da comunidade, preferindo-se conscientemente pelo uso de *você*.

A forma *senhor/senhora* fica restrita às situações de [+formalidade] e [+respeito], como nas relações familiares e profissionais.

Mesmo diante desses resultados, é necessário empreender grande esforço para analisar as formas de tratamento utilizadas na região, através de inquéritos do tipo D2<sup>6</sup> gravados e analisados de forma sistemática.

---

<sup>6</sup> Diálogo entre dois Informantes

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU**, Maria Teresa dos Santos & **VEIGA**, J.L. (1988) *O tratamento em Curitiba: o pronome zero*. In: Ilha do Desterro, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina.
- BOTELHO RAMOS**.(1999). M. P. *Formas de Tratamento no Sul do Brasil: Coocorrência de tu e você em Florianópolis*. Universidade Federal de Santa Catarina.
- CUNHA**, Celso & **CINTRA**, Lindley.(1985). *Nova gramática do português contemporâneo*. 2 ed., Rio de Janeiro,Nova Fronteira.
- HALLIDAY**, M. A. K. (1976). "Estrutura e função da linguagem". In: LYONS, John (org.). *Novos horizontes em lingüística*. São Paulo: Cultrix / EDUSP.
- \_\_\_\_\_. (1985): *An introduction to functional grammar*. New York, Edward Arnold
- \_\_\_\_\_.(1974): Os Usuários e os Usos da Língua. In: *As ciências lingüísticas e o ensino de línguas*. Petrópolis, Editora Vozes.
- ILARI,R., C.FRANCHI & M.H.M.NEVES**.(1996) “Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para a análise”. In: A T. CASTILHO & M.BASÍLIO(orgs), *Gramática do português Falado* . Volume IV Estudos Descritivos. Campinas, Editora da Unicamp.
- REY**, Alain. (1972). Usages, jugements et prescriptions linguistiques. In: *Langue Française*, nº16, (Usos, Julgamentos e Prescrições Lingüísticas)
- ROSEMBLAT**.Angel. (1967) *El criterio de correccion lingüística:unidad o pluralidad de normas en el español de Espana y America*. IN: El Simpósio de Broomington. Bogotá, Instituto Caro y Cuervo
- MODESTO**, Artarxerxes T. T.(2002): “Estudos sobre as Formas de Tratamento no Português Brasileiro”. *Anais (da) XI Semana Fafiana*, Universidade Católica de Santos.
- MONTEIRO**, José Lemos.(1991): *Os pronomes pessoais no português do Brasil*. Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação da Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, mimeo.



Periódico de Divulgação Científica da FALS  
Ano III - Nº VI- Out2009/Jan2010 - ISSN 1982-646X

---

**RAMOS, Jania Martins.**(2001): *Formas de tratamento no português brasileiro atual*. Texto apresentado como palestra. Tübingen, Universidade de Tübingen.



**Periódico de Divulgação Científica da FALS**  
*Ano III - Nº VI- Out2009/Jan2010 - ISSN 1982-646X*

---

## **ANEXOS**